

Crise e distribuição das riquezas*

Michel Husson, Fundação Lauro Campos (PSOL), 15 de julho de 2010

A distribuição das riquezas está no coração da crise. A queda quase universal da parte que cabe aos salários é uma de suas causas essenciais: foram os rendimentos captados em detrimento dos assalariados que alimentaram a bolha financeira. Toda a questão está, então, em se saber se alguma coisa muda nessa situação.



Ora, tudo indica que, para além dos simulacros de «regulamentação», os governos e os patrões só têm uma única ideia na cabeça: reverter ao estado anterior à crise, breve, ao *business as usual*. É lógico, do ponto de vista do capital, mas é, ao mesmo tempo, um impasse, porque as mesmas causas arriscam produzir os mesmos efeitos, a saber, uma nova recessão.

Para sair desse impasse, é preciso colocar em questão os dois dogmas que guiam os políticos atuais para «sair da crise». Primeiro dogma: a competitividade deve ser restabelecida sem desencorajar os acionistas, portanto fazendo pressão sobre a massa salarial. Segundo dogma: é preciso reabsorver o déficit orçamentário sem aumento das receitas, logo por redução das despesas sociais.

O primeiro princípio foi escrupulosamente respeitado pelos grandes grupos do CAC 40: seus lucros baixaram por causa da crise, mas eles distribuíram pelo menos tantos dividendos quanto antes. É então com a massa salarial que será preciso jogar para restabelecer suas margens reduzidas pela crise: sem mexer nos dividendos! Nas próximas semanas e meses (para retomar a fórmula de Sarkozy, anunciando a queda do desemprego) as empresas vão procurar se livrar de seus «sobre-efetivos», congelar os salários e intensificar o movimento de deslocalização. Elas se sentirão em posição de força para fazê-lo, «graças» a uma taxa de desemprego elevada, que pressiona contra as reivindicações salariais. E elas invocarão a necessidade de conquistar parcelas do mercado num contexto europeu de concorrência exacerbada.

O segundo princípio (cortar as despesas sociais para reduzir os déficits orçamentários) é ilustrado pelo laboratório grego, que dá ainda uma ideia das orientações europeias. O plano de austeridade grego (além de outros na Europa) prefigura aqueles que entraram pelo cano. O único debate porta de fato sobre o calendário: os governos percebem o risco de uma fredda brusca, que quebraria a tímida retomada e provocaria uma nova recessão. Mas os objetivos estão claramente designados, notadamente as despesas de saúde, as aposentadorias e os efetivos da função pública.

Esses dois princípios conjugados pesam sobre o nível de vida dos trabalhadores, pegos por tenazes entre a austeridade salarial e a austeridade orçamentária. Isso só pode agravar, ainda mais, os efeitos da crise e ampliar a pobreza salarial e o desemprego¹¹. A única alternativa consiste em pesar sobre a distribuição das riquezas com vistas às duas finalidades. Do lado das empresas, a parte dos salários está num nível historicamente baixo. Não seria «anti-econômico» alterá-lo, fazendo baixar a parte dos dividendos, o que, diga-se de passagem, não pesaria nem sobre o investimento nem sobre a competitividade. Do lado do orçamento, a reabsorção do déficit deveria passar por uma reforma recaindo sobre as múltiplas vantagens fiscais concedidas aos privilegiados. Esse aumento dos impostos não teria efeito desfavorável sobre a atividade, pois incidiria, no essencial, sobre as rendas que são, em grande parte, poupadas e não consumidas.

Essa orientação é a única em condições de combinar sustentabilidade da atividade e justiça social. Esvaziar e taxar as rendas financeiras permitiria atacar as raízes mesmas das derivas que conduziram à crise. Para fazer isso, existem margens de manobra bem superiores ao que gostariam de nos fazer acreditar. Para citar apenas algumas cifras, os dividendos netos versados pelas sociedades não financeiras equivaliam em 2008 a 13% de sua massa salarial e os nichos fiscais a 27% dos recursos fiscais, ou seja, 3,8% do Pib²².

Os argumentos puramente econômicos que se opõem a uma tal inflexão na distribuição das riquezas não estão, portanto, verdadeiramente fundamentados. A realidade é mais prosaica: os privilegiados das finanças simplesmente não têm nenhuma vontade de renunciar a seus privilégios e seu único projeto é recolocar o sistema em ordem de marcha, tal qual ele funcionou vantajosamente para eles. E é esse mesmo retorno ao ponto de partida que passa por uma degradação das condições de vida da maioria da população e pela recusa a uma outra distribuição das riquezas, que é, entretanto, indispensável para não recair nos erros do passado. Eis porque a crise econômica e financeira é instada a durar e a se transformar em crise social e política.

* Publicado no jornal francês *L'Humanité*, de 27 de março de 2010, Fonte : <http://hussonet.free.fr/salrev.htm>, Tradução: Sergio Granja

¹ ver o relatório de OFCE, *Impact de la crise sur la pauvreté*, assim como a pesquisa *Crise et pauvreté* do *Groupe Alpha*.

² relatório parlamentar sobre os nichos fiscais

